

A emissão de cinema português na televisão pública (1957-1974)**

Este artigo analisa a emissão de cinema português na televisão pública portuguesa desde o início das suas emissões regulares em 1957 até à Revolução de 1974. Se, como defendo, a televisão foi progressivamente ocupando o lugar do cinema na estratégia de propaganda ideológica do regime, interessa-me apurar quais foram os filmes portugueses emitidos pela televisão pública durante esse período e quais terão sido as razões dessa selecção.

Palavras-chave: Estado Novo; Portugal; cinema; televisão pública portuguesa; crítica; estatística.

The broadcast of Portuguese films on public television (1957-1974)

In this paper I analyze the broadcasting of Portuguese cinema on Portuguese public television from the beginning of regular broadcasting in 1957 to the Revolution of 1974. If, as I believe, television was gradually taking the place of cinema in the regime's strategy of ideological propaganda, it would be interesting to determine which movies were broadcast by the Portuguese public television during that period and what the reasons were for their selection.

Keywords: *Estado Novo*; Portugal; cinema; Portuguese public TV; criticism; statistics.

Neste estudo exploratório pretendo analisar a emissão de cinema português na televisão pública portuguesa desde o início das suas emissões regulares até à Revolução de 1974, que ditou o fim da ditadura. Por cinema português entende-se, aqui, a transmissão de filmes de curta ou longa-metragem originalmente produzidos para a exibição cinematográfica. Se, como acredito, a televisão foi progressivamente ocupando o lugar do cinema na estratégia de propaganda ideológica do regime, interessa-me apurar quais foram os filmes portugueses emitidos pela televisão pública durante esse período.

* CEIS20/UC, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Rua Filipe Simões, n.º 33 3000-186 Coimbra, Portugal. e-mail: paulomfcunha@gmail.com

** Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada oralmente em Abril de 2009, numa sessão de trabalho do Grupo de Estudos Fílmicos do 6.º Congresso da SOPCOM.

Recebido para avaliação a 15-12-2009. Aceite para publicação a 02-07-2010.

Este estudo partiu da consulta da programação da RTP publicada na imprensa diária e nas publicações especializadas. Para além das grelhas de programação, consultei também os principais espaços públicos de crítica ou de comentário acerca da programação televisiva, nomeadamente as páginas temáticas do *Diário de Lisboa*, da *Rádio e Televisão*, da *TV Magazine* e da *Plateia*.

EMISSÃO DE FILMES PORTUGUESES DE CURTA-METRAGEM

Ao contrário da acessível identificação de longas-metragens, foi muito difícil localizar, nas tabelas de programação publicadas na imprensa, a emissão de curtas-metragens durante os primeiros anos de actividade da televisão pública. Ainda assim, através da consulta das páginas especializadas na divulgação e crítica televisiva e dos *Anuários RTP* (publicados apenas depois de 1964), foi possível identificar a emissão de algumas curtas-metragens de origem portuguesa:

- *O Desterrado* (1949), de Manuel Guimarães, emitida a 31-7-1957;
- *14 Anos de Política do Espírito 1934-47* (1947), de António Lopes Ribeiro, emitida a 13-9-1957;
- *O Fado* (1923), de Maurice Mariaud, emitida a 22-8-1961;
- *Douro, Faina Fluvial* (1934), de Manoel de Oliveira, emitida a 24-10-1961;
- *As Pedras e o Tempo* (1961), de Fernando Lopes, emitida em 1964 e a 17-10-1966;
- *A Paixão de Cristo na Pintura Portuguesa* (1961), de Baptista Rosa, emitida a 11-5-1967.

As curtas-metragens emitidas podem dividir-se em dois grupos: por um lado, as curtas de realizadores consagrados da história do cinema português, como *O Fado*, *14 Anos de Política do Espírito 1934-47* ou *Douro, Faina Fluvial*; por outro, novas propostas de renovação da cinematografia nacional como *O Desterrado*, *As Pedras e o Tempo* e *A Paixão de Cristo*. Das curtas cronologicamente mais recentes, foram emitidas uma distinguida com o Prémio Aurélio da Paz dos Reis do SNI em 1949 (*O Desterrado*), e duas realizadas por dois activos da RTP (Baptista Rosa e Fernando Lopes).

Gradualmente, a emissão destas curtas-metragens produzidas para cinema foi sendo substituída, na grelha da RTP, por produção interna da televisão pública. Dois dos exemplos mais significativos dessas curtas televisivas foram assinados por Augusto Cabrita, um activo da televisão pública: *Viana e o seu Termo* (s.d.), emitida a 28-8-1969; e *Na Corrente* (s.d.), emitida a 31-12-1969 e a 15-2-1970.

A RTP emitiu também três séries de filmes de pequena metragem produzidos por instituições públicas: a série *Isto é Lisboa* (produção da Câmara Municipal de Lisboa, composta por dezenas de programas com duração entre os cinco e dez minutos, emitidos entre 1959 e 1967); vários filmes produzidos pela Junta de Acção Social, emitidos entre 1959 e 1965, de frequência semanal e subordinados a temas como a prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais, previdência social, ocupação dos tempos livres dos trabalhadores, entre outros; e ainda diversos filmes produzidos pela Agência Geral do Ultramar, emitidos em 1969, de frequência irregular, subordinados a aspectos turísticos e culturais das províncias ultramarinas.

No quadro n.º 1 estão registadas as horas de emissão de filmes documentários em relação ao total de horas dedicado à programação de cinema e ao total de horas de emissão da televisão pública.

Programação de cinema e documentários na RTP (1964-1974)

[QUADRO N.º 1]

Ano	Total de horas de emissão da RTP	Total de horas da programação de cinema	Total de horas de filmes documentários
1964	2 309	180	26 (14,4%)
1965	2 359	144	14 (9,7%)
1966	2 930	168	16 (9,5%)
1967	2 996	147	10 (6,8%)
1968	3 127	?	?
1969	3 166	221	20 (9%)
1970	2 547	262	40 (15,3%)
1971	3 820	262	28 (10,7%)
1972	3 923	274	26 (9,5%)
1973	5 105	652	77 (11,8%)
1974	5 231	548	46 (8,4%)

No período de 1964-1974, o documentário ocupava um lugar importante na programação de cinema da RTP (uma média de 10,5%). Atendendo aos dados dos relatórios anuais da televisão pública, e que não é possível expressar em termos quantitativos, a categoria de filmes documentários deixou de ser composta maioritariamente por filmes estrangeiros ou produções feitas originalmente para cinema, e passou a ser constituída sobretudo por produções internas da RTP feitas exclusivamente para emissão televisiva nas suas grelhas.

A partir da segunda metade dos anos 60, é particularmente significativa a emissão crescente de documentários sobre as províncias ultramarinas, obviamente sem quaisquer referências ao contexto bélico: *A Arte dos Povos de Angola, Portugueses Africanos*, de 1966; *O Ensino em Moçambique, Portugal*

em *África*, de 1967; *A Etnologia em Angola, Artesanato de São Tomé, Cruzeiro a Angola e Ritmos de Angola, Perspectiva de Lourenço Marques*, todos de 1969; as séries *Angola 70* e *Portugal Além da Europa*, ambas de 1970, em que foram emitidos 37 documentários de interesse turístico sobre as várias províncias ultramarinas, e ainda a série *Portugal Além da Europa* (1971), com mais de duas dezenas de documentários.

Para além de algumas emissões avulsas ou excepcionalmente integradas em rubricas dedicadas a filmes de longa-metragem, a RTP teve duas rubricas especializadas na emissão de curtas-metragens, que exibiram filmes de origem portuguesa: *Cinema sem Estrelas* e *Cinemateca*.

Em Novembro de 1967, a RTP inaugurou uma nova rubrica de temática cinematográfica. Produzida e apresentada por Baptista Rosa, *Cinema sem Estrelas* surgia aos telespectadores como um exigente espaço de divulgação de um cinema alternativo contemporâneo, destinado a um público específico e interessado:

O que aconteceu ontem na televisão portuguesa pode ter um grande significado. Pode ter sido a semente de “qualquer coisa”. Chamemos a essa qualquer coisa, por exemplo, o “cineclub de nós todos”, a antologia de cinema que a televisão podia oferecer a todo o país. Sim, porque não me venham dizer que as pessoas inteligentes que ainda existem por essas vilas, por essas aldeias estejam condenadas, por toda a eternidade, a assistir às maravilhas do desmiolamento universal, transmitidas nas “Noites de Cinema”... Não. Isso não é justo. Devia ser proibido por lei [Castrim, 7-8-1968, p. 6].

O formato deste programa era muito semelhante ao popular e célebre *Museu do Cinema* de António Lopes Ribeiro. Baptista Rosa seleccionava, apresentava e comentava os filmes emitidos mas, por se tratar de cinema mais actual, a rubrica poderia por vezes apresentar entrevistas e reportagens com os realizadores ou com os protagonistas.

Pelas curtas seleccionadas, *Cinema sem Estrelas* aparenta ser um espaço dedicado ao filme documentário, em especial ao novo cinema de origem europeia. Os filmes seleccionados eram sobretudo obras premiadas num circuito cinematográfico muito específico — o circuito dos festivais de cinema de prestígio internacional — encontrando-se referenciados como os mais representativos das renovadas cinematografias europeias.

Das curtas emitidas que consegui identificar, apenas quatro são de produção portuguesa: *O Desterrado* (1949), de Manuel Guimarães; *O Pintor e a Cidade* (1956), de Manoel de Oliveira; *Crónica do Esforço Perdido* (1967), de António de Macedo e *Cruzeiro do Sul* (1966), de Fernando Lopes.

Mais uma vez, estas curtas eram filmes premiados (*O Desterrado*, *O Pintor e a Cidade* e *Crónica do Esforço Perdido* foram distinguidos pelo

próprio SNI, o primeiro pela melhor fotografia e o segundo com o Prémio Paz dos Reis), ou realizados por activos da própria RTP, de que é exemplo o *Cruzeiro do Sul*.

Em Outubro de 1972, a emissão principal da RTP estreou *Cinemateca*, novo programa cinematográfico dedicado ao cinema português. Concebido à semelhança do *Museu* de Lopes Ribeiro, este programa conduzido por António Ruano apresentava-se essencialmente como um espaço de divulgação daquilo que designava por “primitivo” cinema português.

Veremos, portanto, o que vai ser a “Cinemateca”, que não queremos avaliar na primeira emissão. Pois ainda acredito que as “promessas” falhem e a realidade do cinema as possa ultrapassar.

Porque António Ruano não se garantiu de bagagem que suporta uma exposição correcta nem de qualidades de expressão que prendam o espectador ao material apresentado. [...] Ora: “Cinemateca” deu os primeiros passos. E isto de gatinhar é sempre incómodo. Veremos lá mais para diante. Com desejos ardentes de que a “Cinemateca” e o “Museu do Cinema” não venham a colidir. Estará o trânsito bem arrumado no Lumiar? [Castrim, 1972, p. 6].

De acordo com o *Anuário RTP* de 1972, as primeiras 9 emissões de *Cinemateca* foram dedicadas maioritariamente ao cinema português, tendo sido exibidos excertos dos filmes mudos *Os Crimes de Diogo Alves* (1909-1911), *Os Fidalgos da Casa Mourisca* (1920) e de *Mulheres da Beira* (1923). Para além dos excertos, o apresentador fazia também comentários sobre temas da história do cinema português, como a “imitação portuguesa de Charlie Chaplin”, “a acção da Lusitânia Filmes” ou “a actividade da *Invicta* Filmes em Portugal”.

Mas tal como Mário Castrim vaticinara, após a emissão do primeiro programa de *Cinemateca*, o repertório nacional parece ter-se esgotado e a produção terá recorrido a alguns filmes estrangeiros. Entre Março e Junho de 1973, *Cinemateca* apresentava filmes sobre “actores americanos”, “cinema cómico americano dos anos 20” e um “ciclo Méliès”. Infelizmente, a imprensa da época não divulgava os filmes exibidos nesta rubrica, e os *Anuários RTP* não foram publicados em 1973 nem em 1974, pelo que não conseguiu estabelecer com completo rigor o *corpus* filmico desta *Cinemateca*.

EMISSÃO DE FILMES PORTUGUESES DE LONGA-METRAGEM

As longas-metragens portuguesas ou de co-produção portuguesa foram as primeiras a ser escolhidas pelos programadores da RTP. Os filmes portugueses foram emitidos logo nos dois primeiros meses de emissões, preen-

chendo os serões das terças ou quartas-feiras. A exibição decorria em duas partes, sendo intercalada pelo principal serviço noticioso da grelha de programação. Depois de 8 semanas consecutivas de transmissão de longas-metragens, a RTP esteve 8 meses sem emitir qualquer longa-metragem. Quando foi retomada a emissão, o formato anterior foi alterado, passando os filmes a ser emitidos num único bloco e em horário posterior ao do serviço informativo da noite.

Em Fevereiro de 1958, depois de emitir 17 longas-metragens de produção ou co-produção portuguesa e apenas 1 longa de origem estrangeira (*El Pórtico de la Gloria*, 1953, produção Suévia Filmes), a RTP começou a transmitir as primeiras longas em regime de reposição, um fenómeno que se vulgarizaria, passando a ser recorrente na programação de longas-metragens dos anos seguintes.

Poucos meses depois, um crítico da *TV Magazine* lançava um alerta sobre a selecção dos filmes portugueses exibidos na televisão pública:

A nossa televisão, no louvável intuito de esclarecer o público sobre o que foi, e continua a ser, o cinema português, vem lançando a avalanche terrível das nossas principais peças arqueológicas filmicas.

Com uma breve pausa — que foi preenchida por um Colombo lírico e espanhol — têm desfilado ante os nossos olhos, arregalados e compadecidos, todos os monstros sagrados do nosso cinema. [...]

— Que fins procura atingir a RTP, lançando dentro das nossas casas a fisionomia mazomba e grotesca de nosso cinema?

Várias hipóteses se apresentam. Enumeremos: pretende a RTP abalar a paz das nossas consciências? Deseja ela agitar ante os nossos olhos estarecidos o lúgubre fantasma da “apagada e vil tristeza” do nosso cinema? Quer ela levantar na nossa alma a onda do remorso? Pretende instaurar o terror, uma vez por semana, em nossas casas? Um desejo, simplesmente, divertirmo-nos? A esta última pergunta podemos, desde já, responder. Não. Pela nossa parte, este fúnebre tropel de cinzas não nos diverte absolutamente nada. Todos nós sabemos que estas diversas realizações cinematográficas — “Ribatejo”, “Pupilas...”, “Morgadinha”, etc. — foram tentativas honestas e bem intencionadas. Mas infelizmente, isso por si só não chega. [Mota, 1958, p. 1].

De facto, os filmes portugueses emitidos durante os primeiros anos da RTP privilegiavam sobretudo realizadores consagrados ou de cariz mais popular. Tanto uns como outros eram essencialmente produções das décadas de 1930-1940, ou seja, filmes que nessa altura contavam já com 20 ou mais anos.

A partir de 1961, as longas-metragens começaram a ser exibidas na rubrica

emitida uma longa-metragem seleccionada e apresentada pelo realizador Fernando Garcia, e só a título de excepção foram exibidas algumas curtas.

Estreado nas longas-metragens em 1949, o apresentador era um dos membros da depreciada “geração dos assistentes”, designação usada por diversos autores para classificar os realizadores que começaram a sua carreira como assistentes dos realizadores que haviam constituído o núcleo duro do projecto cinematográfico de António Ferro, e cuja formação fora feita exclusivamente à base da experiência adquirida na produção. Antes de apresentar esta rubrica, Fernando Garcia fez parte de um núcleo de autores/críticos/jornalistas que, de uma forma comprometida, divulgavam e promoviam o cinema português, o qual seria mais tarde rotulado pela crítica mais jovem como “velho” cinema português, em oposição ao novo cinema promovido pela geração de 1960-1970 (Cunha, no prelo).

Em Abril de 1962, Fernando Garcia anunciou num dos programas que, a pedido de um grande número de telespectadores, a rubrica 7.^a *Arte* iria iniciar um ciclo exclusivamente dedicado ao cinema português. Em resposta a esta suposta “preferência dos telespectadores”, o crítico Dinis de Abreu punha o dedo na ferida: “Ora os filmes portugueses são tão poucos, tão fracos e tão vistos [...]” (Abreu, 1962, p. 9).

O modelo de emissão de longas-metragens com apresentação e comentário prévio foi gradualmente substituído a partir de finais de 1966. Surgiram então novos espaços de emissão — *Noite de Cinema* e *Tarde de Cinema*, que perdurariam até 1974 —, não passando de meros separadores na grelha de programação utilizados para anunciar a emissão de filmes de “grande metragem”. Ao contrário do que sucedeu durante a vigência da rubrica 7.^a *Arte*, em que a selecção dos filmes era assumida pelo seu apresentador, a selecção da *Noite de Cinema* e da *Tarde de Cinema* voltou a ser anónima aos olhos do telespectador.

Nos últimos anos do período em estudo, a exibição das longas-metragens foi gradualmente passando para horários mais tardios, e um número significativo de filmes transitou para a segunda banda emissora. Esta perda de protagonismo deveu-se essencialmente ao aumento exponencial do tempo de emissão diário e à diversificação dos programas emitidos na grelha da televisão pública.

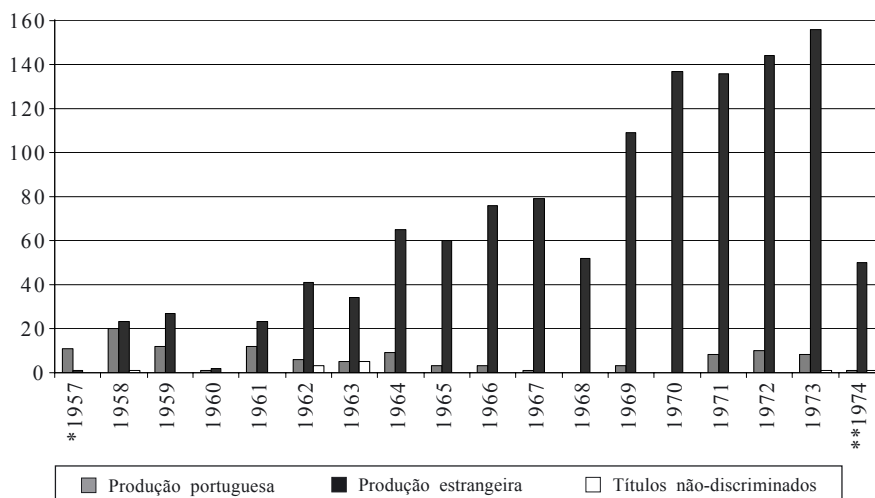
Ainda assim, já na década de 70, na tentativa de melhorar a programação, aumentar o interesse dos espectadores e fidelizar mais público, a *Noite de Cinema* passou a organizar com alguma frequência ciclos temáticos organizados pelo crítico Luís de Pina.

O gráfico n.º 1 apresenta a distribuição anual das longas-metragens nacionais e estrangeiras exibidas pela RTP entre 1957 e 1974. Nesta distribuição usamos quatro categorias: “produção portuguesa”, “co-produção portuguesa”, “produção estrangeira” e “título não discriminado”. Por “produção portuguesa” entendem-se todas as longas cujo produtor é português ou em que

existiu uma condição de co-produção e um dos co-produtores é de origem portuguesa. Por “produção estrangeira” entendem-se todas as longas em que os produtores envolvidos não são de origem portuguesa. Por “títulos não discriminados” entendem-se todas as longas cujo título não foi revelado na programação publicada na imprensa consultada.

Longas-metragens portuguesas, estrangeiras e de produção não discriminada exibidas na RTP (1957-1974)

[GRÁFICO N.º 1]



* Desde 7 de Março de 1957.

** Até 25 de Abril de 1974.

A primeira conclusão que ressalta da análise destes dados parece óbvia: o cinema português começou por merecer o maior destaque por parte da televisão portuguesa mas, gradualmente, as produções cinematográficas de origem estrangeira foram ganhando terreno até passarem a ser preponderantes.

Se no primeiro ano de emissões, a exibição de longas-metragens portuguesas rondou os 91,7%, essa importância foi decrescendo significativamente. Nos quatro anos seguintes, a programação de longas-metragens nacionais ou de co-produção portuguesa ainda se situava entre os 30 e os 45%, mas a partir de 1962 os valores passaram a ser residuais. Se o ano de 1955 foi por muitos autores considerado como o “ano zero do cinema português” (Costa, 1991, p. 109), então pode considerar-se que os anos de 1968 e 1970 foram dois anos zero do cinema português na televisão pública, pois em nenhum deles se encontra qualquer título de produção ou co-produção portuguesa entre as longas-metragens emitidas pela RTP.

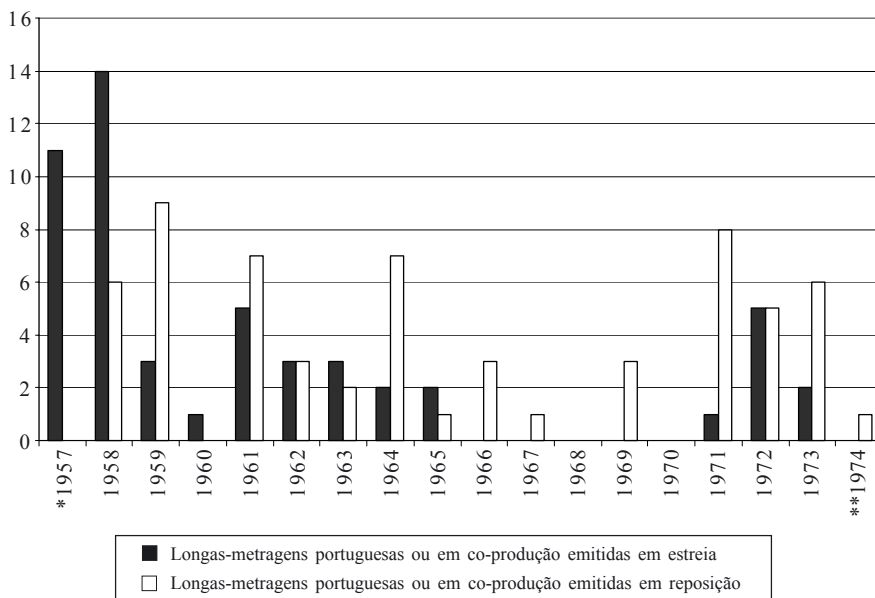
No período em análise, a soma de todas as produções e co-produções portuguesas corresponde a 8,5% de todas as longas-metragens emitidas pela

televisão pública. Curiosamente, quase metade (56 em 114) das longas-metragens de produção nacional foi exibida nos cinco primeiros anos do período em estudo (1957-1961). O período de maior escassez verificou-se entre 1965 e 1970, em que foram emitidas apenas 10 longas nacionais.

O gráfico n.º 2 diz respeito apenas às longas-metragens de produção ou co-produção portuguesa. Neste estudo, a designação “emissão em estreia” refere-se à primeira emissão de um filme em televisão, enquanto a designação “emissão em reposição” é utilizada para designar todas as emissões de um filme registadas após a primeira emissão.

Longas-metragens portuguesas em estreia e em reposição na RTP (1957-1974)

[GRÁFICO N.º 2]



* Desde 7 de Março de 1957.

** Até 25 de Abril de 1974.

Praticamente metade do total das emissões de longas-metragens em estreia na RTP (25 num total de 52 títulos) ocorreu nos dois primeiros anos da televisão pública. Surpreendente é também o facto de a televisão pública não ter estreado qualquer longa-metragem portuguesa durante mais de cinco anos de emissão, entre 1966 e 1970.

Esta tendência de “apagamento” do cinema português, quer das estreias quer das reposições, vinha-se tornando visível desde 1959. O que os números revelam é que a RTP parece ter esgotado um repertório privilegiado de filmes portugueses nos primeiros meses de emissões regulares. Logo no

segundo ano, apesar de estrearem 14 longas, a televisão pública começou a emitir as primeiras reposições, e em número considerável (mais de 40%). Esgotado o “repertório” inicial, ao invés de programar outros filmes inéditos, a RTP optou por repor títulos já emitidos, facto que não foi acompanhado pela estreia regular de títulos inéditos.

Das 62 longas emitidas em reposição entre 7 de Março de 1957 e 24 de Abril de 1974, os números também mostram uma desigualdade significativa. Entre os “campeões” das reposições encontram-se os seguintes títulos:

- *A Canção de Lisboa*, 5 emissões (1957, 1958, 1961, 1966, 1973);
- *Chaimite*, 5 emissões (1957, 1958, 1961, 1964, 1969);
- *O Pátio das Cantigas*, 5 emissões (1961, 1961, 1972, 1972, 1974);
- *Aniki Bóbo*, 4 emissões (1960, 1963, 1967, 1970);
- *A Canção da Terra*, 4 emissões (1957, 1958, 1961, 1966);
- *Fátima, Terra de Fé*, 4 emissões (1958, 1959, 1964, 1966);
- *Frei Luís de Sousa*, 4 emissões (1957, 1958, 1959, 1964);
- *O Grande Elias*, 4 emissões (1959, 1971, 1971, 1973);
- *O Pai Tirano*, 4 emissões (1961, 1961, 1971, 1972);
- *As Pupilas do Senhor Reitor*, 4 emissões (1958, 1959, 1964, 1971);
- *Ribatejo*, 4 emissões (1958, 1959, 1964, 1971);
- *Sonhar é Fácil*, 4 emissões (1957, 1959, 1961, 1971);
- *Ala-Arriba*, 3 emissões (1958, 1959, 1964);
- *Duas Causas*, 3 emissões (1958, 1962, 1969);
- *Maria Papoila*, 3 emissões (1961, 1965, 1973);
- *O Noivo das Caldas*, 3 emissões (1963, 1969, 1971).

Nos primeiros 17 anos da sua programação, a RTP estreou 52 longas-metragens de produção ou co-produção portuguesa realizadas entre 1930 e 1974, as quais correspondem a cerca de 30% dos filmes estreados em sala durante este último período (cerca de 170 longas-metragens).

Os filmes produzidos entre 1945-1949 representam cerca de 35% do total de filmes portugueses emitidos em estreia na RTP durante o período aqui estudado. Se adicionarmos às 18 longas produzidas entre 1945-1949 as 10 produzidas entre 1950-1954, obtemos um total de 28 longas-metragens, ou seja, cerca de 55% de todas as longas emitidas em estreia pela televisão portuguesa. É certo que no intervalo de análise deste estudo, o período de 1945-1949 corresponde igualmente ao período da história do cinema português em que se estrearam mais longas em sala (39), mas o mesmo não se passa com o período de 1950-1954, cujos filmes de estreias em sala (24) são semelhantes aos de 1960-1964 (25) e aos de 1965-1969 (23). Das 52 longas-metragens exibidas pela RTP no período em análise, apenas três correspondem a produções estreadas em salas de cinema nos anos 60 (29 *Irmãos*, de Augusto Fraga, um dos mais populares realizadores do então designado “velho cinema”; *Belarmino*, de Fernando Lopes, a primeira longa de um dos reali-

zadores da casa, e simultaneamente do novo cinema português, e *As Ilhas Encantadas*, de Carlos Vilardebó, a primeira longa de um jovem luso-descendente, produzida por António da Cunha Telles), sendo no entanto de assinalar que na referida década estrearam nas salas portuguesas 48 longas-metragens.

Se aceitarmos que as razões de exploração cinematográfica poderiam impossibilitar a exibição dos filmes mais recentes, e excluirmos das longas “transmissíveis” os filmes estreados entre 1970 e 1974, então pode considerar-se que a RTP emitiu cerca de 34% dos 152 filmes “transmissíveis”. Infelizmente, apesar de diversas tentativas, não foi possível apurar a origem das cópias dos filmes emitidas na RTP neste período. Ignoro, portanto, se a disponibilidade das cópias “transmissíveis” possa ter influenciado de forma irremediável a selecção dos filmes por parte dos programadores. Mas não ignoro, nem desvalorizo, o facto de o apuramento posterior destes dados poder distorcer significativamente as conclusões sobre os rácios de difusão em sala/televisão.

O quadro n.º 2 apresenta a distribuição do *corpus* dos filmes pelos seus respectivos realizadores, comparando em simultâneo os filmes que estrearam em sala com os filmes emitidos na RTP em regime de estreia e de reposição.

Realizadores portugueses e exibição de longas-metragens na RTP e em sala

[QUADRO N.º 2]

Realizadores	Total de longas-metragens emitidas	Longas-metragens emitidas em estreia na RTP	Longas-metragens emitidas em reposição na RTP	Longas-metragens estreadas em sala até 1974
Jorge Brum do Canto	18	6	12	10
José Leitão de Barros	14	6	8	15
Henrique Campos	13	6	7	18
Arthur Duarte	13	6	7	14
António Lopes Ribeiro	13	5	8	8
Perdigão Queiroga	6	3	3	7
Francisco Ribeiro	5	1	4	1
José Cottineli Telmo	5	1	4	1
Manoel de Oliveira	4	1	3	3
Augusto Fraga	3	2	1	9
Eduardo Maroto	3	2	1	2
Fernando Garcia	2	2	0	4
José Buchs	2	1	1	1
Caetano Bonucci	2	1	1	1
E. Chianca de Garcia	2	1	1	6
Ladislao Vajda	2	1	1	4
Alejandro Perla	1	1	0	2
Armando Vieira Pinto	1	1	0	1
Armando Miranda	1	1	0	10
Carlos Vilardebó	1	1	0	1
Fernando Lopes	1	1	0	2
João Moreira	1	1	0	1
Manuel Guimarães	1	1	0	7
<i>Total</i>	114	52	62	128

Pela distribuição da tabela, constata-se que há um grupo de realizadores privilegiado em relação à quantidade de filmes emitidos. Entre estes, encontram-se 4 dos nomes fundamentais do núcleo de realizadores que monopolizou a produção cinematográfica durante as décadas de 1930 e 1940: Jorge Brum do Canto viu emitidas 6 das 10 longas estreadas em sala até 1974; Arthur Duarte 6 das suas 14 longas; Leitão de Barros viu emitidas 6 das suas 15 longas e António Lopes Ribeiro 5 longas em 8 estreadas em sala. Destes 4 realizadores pertencentes ao núcleo duro de António Ferro foram emitidas 23 longas em estreia, ou seja, 44% do total de filmes emitidos em estreia pela RTP. Se ponderarmos os números dos filmes emitidos em regime de reposição pela RTP, o favorecimento destes 4 realizadores é ainda mais expressivo: 58 filmes num total de 114, ou seja, 50,9% das longas-metragens portuguesas emitidas pela RTP entre 1957 e 1974.

Para além destes nomes, o destaque vai também para Henrique Campos, um dos realizadores mais profícuos da designada “geração dos assistentes”, que monopolizou a produção na década de 1950 e de quem a RTP emitiu 6 longas num total de 18 estreadas em sala.

Francisco Ribeiro (o popular actor Ribeirinho) e Cottineli Telmo também merecem destaque. Apenas assinaram um filme de longa-metragem cada um, mas estes filmes encabeçaram a lista de filmes portugueses mais vistos na televisão pública no período em estudo, com cinco emissões cada um.

O destaque negativo vai, naturalmente, para Chianca de Garcia, Armando Miranda e Manuel Guimarães. Em relação ao primeiro, que fora também uma das figuras de destaque dos anos 30, a par de Brum do Canto ou Leitão de Barros, apenas 1 das suas 6 longas-metragens foi emitida pela RTP, ficando por exibir um dos títulos ainda hoje mais populares da história do cinema português: a *Aldeia da Roupa Branca* (1939). Armando de Miranda, outro dos mais profícuos nomes da “geração dos assistentes”, também só viu emitida 1 longa-metragem num total de 10. Do polémico, e diversas vezes censurado, Manuel Guimarães também só foi emitida 1 longa-metragem entre 7 títulos disponíveis. No entanto, no caso do mais neo-realista dos realizadores portugueses, constantemente “perseguido” pela acção da censura e conotado com forças políticas de oposição ao regime, a maior estranheza é mesmo a escolha do único filme emitido: enquanto o repertório do realizador incluía uma comédia musical politicamente inócua como *A Costureirinha da Sé*, a RTP optou por transmitir o drama de inspiração neo-realista *Saltimbancos*.

Entre os realizadores completamente “ignorados” pela RTP — de quem não foi emitido sequer um único título de longa-metragem — encontram-se nomes como Constantino Esteves, outro dos profícuos realizadores da “geração dos assistentes”, com 9 longas estreadas em sala até 1974; António de Macedo, o mais produtivo da geração de jovens cineastas das décadas de

1960 e 1970, com 4 longas estreadas neste período, e Pedro Martins, realizador de comédias com alguma popularidade, e dos quadros da RTP, que estreou 3 longas entre 1964 e 1973.

De entre os realizadores que procuravam por estes anos a renovação estética e ética do cinema português, a RTP emitiu filmes de Manoel de Oliveira — *O Pintor e a Cidade* (1956); do polémico Manuel Guimarães — *O Desterrado*, premiado como melhor documentário pelo SNI em 1949, e *Saltimbancos* (1951); do jovem António de Macedo — *Crónica do Esforço Perdido* (1967), prémio para melhor documentário do SNI em 1967; e de Fernando Lopes — *As Pedras e o Tempo* (1961), *Belarmino* (1964) e *Cruzeiro do Sul* (1967).

Da década de 1960, ficaram por emitir na televisão vários títulos premiados pelo SNI: *Retalhos da Vida de um Médico* (1962), de Jorge Brum do Canto; *As Palavras e os Fios* (1962), de Fernando Lopes; *A Cruz de Ferro* (1967), de Jorge Brum do Canto; *O Cerco* (1969), de António Cunha Telles.

De resto, à excepção de *Belarmino*, o mesmo aconteceu com todas as longas-metragens de referência do novo cinema português. Veja-se, por exemplo, o caso dos filmes produzidos por António da Cunha Telles. Entre 1962 e 1969, o jovem produtor foi responsável pela concretização de 10 filmes que representam o esforço de renovação da década de 60, dos quais apenas 2 foram emitidos na RTP. Se neste *corpus* incluirmos mais 3 filmes considerados como tentativas de renovação (*Dom Roberto*, *Pássaros de Asas Cortadas*, *Acto da Primavera*, só para mencionar filmes de longa-metragem dos anos 60), então a percentagem de filmes do novo cinema português produzidos na década de 60 e emitidos na RTP cifra-se nos 15,4%.

Para as curtas-metragens, e atendendo apenas a alguns anos em que os dados são completamente conhecidos, os valores são ainda mais residuais: por exemplo, em 1966 das 16 horas dedicadas pela RTP à emissão de documentários, apenas 15 minutos (*As Pedras e o Tempo*) eram dedicados ao novo cinema português; entre 1969 e 1971, de acordo com os dados publicados nos *Anuários RTP*, num total de 88 horas dedicadas ao documentário, não foi emitida nenhuma curta-metragem que se possa incluir no *corpus* do novo cinema português.

Em alternativa ao desinvestimento generalizado na emissão de longas-metragens portuguesas, a aposta da televisão pública passava progressivamente pela produção de “telecinema”, designação então usada para definir produções cinematográficas feitas para suporte televisivo. A produção própria de conteúdos apresentava-se então como uma forma eficaz de reduzir os elevados custos da programação cinematográfica, inflacionados pelo aumento exponencial de horas de emissão. Simultaneamente, a aposta na produção de telecinema favorecia a rentabilização dos recursos humanos e técnicos e permitia um aumento de produções próprias que engrossavam a

carteira de vendas ou trocas internacionais em mercados televisivos especializados.

A especificidade do pequeno ecrã tornava a concretização de telefilmes um processo produtivo bastante diferente da produção cinematográfica. Desde a tecnologia, ao tamanho da equipa e tempo de execução, todo o processo produtivo era mais ágil e simplificado, tornando o formato rentável e prático para as exigências da televisão pública:

O cinema, feito para televisão ou para as salas comerciais, realizado por profissionais ou amadores, em 35 ou 16mm, é sempre cinema e, como tal, exige sempre a mesma linguagem servida pela mesma técnica. [...] Claro que as limitações do “ecrã” de TV nos levam a alterar ou a elaborar especialmente a planificação dum filme que lhes é destinado, mas isso é circunstância de somenos importância na tarefa complexa que é a realização cinematográfica [Rosa, 1962, p. 13].

— No campo cinematográfico, a TV actua como divulgadora, pois não só consegue levar o filme até onde ele talvez nunca chegasse a ser exibido, como ainda permite que ao mesmo tempo, seja apreciado por um maior número de pessoas. [...]

— Quais as diferenças fundamentais entre um filme realizado para a TV e outro para exploração comercial?

— Obrigatoriamente, a técnica empregada não é igual. E vejamos porquê... Dados as reduzidas dimensões dum écran de TV, há que valorizar, na realização os “grandes planos”, sem prejudicar o valor do tema, pois as panorâmicas extensas tornam-se pouco perceptíveis. No Cinema, o recurso duma projecção, ampliada enormemente, já poderá livrar o realizador dessa preocupação, levando-o a apresentar as imagens doutra maneira [Nazareth, 1960, pp. 7-18].

Apesar da generalidade dos realizadores dos quadros da RTP garantirem que o telecinema produzido na televisão pública não seria deficitário em qualidade cinematográfica, não se pode ignorar que técnica, e esteticamente, o processo produtivo de cinema para televisão é substancialmente diferente. Por exemplo, o facto de o telecinema ser produzido exclusivamente em película de 16 mm condiciona necessariamente aspectos técnicos como o enquadramento do plano e a mobilidade da câmara; o facto de o ecrã de exibição do filme ser um televisor em vez da tela de cinema obriga o realizador a optar por planos mais aproximados e a abdicar dos grandes planos; o ritmo de trabalho mais apressado, e uma equipa de trabalho mais reduzida, não permitem a repetição excessiva de *takes* para um mesmo plano.

Em 1960, Luís de Pina, em editorial da *Filme*, confiava que a experiência do telecinema poderia contribuir para a necessária e urgente renovação do

cinema português: “existe na Rádio Televisão Portuguesa um núcleo de realizadores capazes de darem boas provas se forem chamados pelo cinema nacional.”

Entre os realizadores de telecinema mais experientes da RTP merecem particular atenção Baptista Rosa, Artur Ramos, Adriano Nazareth, Fernando Frazão, Augusto Cabrita e José Elyseu. São estes os autores dos primeiros telefilmes da televisão portuguesa, que vão do documentário à ficção, e que foram apresentados na televisão pública como um importante projecto de renovação do cinema português, com intenções que fizeram aumentar as expectativas. Os resultados irregulares e desequilibrados dos diversos filmes fomentaram diferentes apreciações críticas. Desses veteranos da televisão, apenas Artur Ramos tentaria a realização de longas-metragens em 35 mm e com estreia cinematográfica (*Pássaros de Asas Cortadas*, 1963) quando foi afastado da RTP por razões políticas. Ironicamente, os outros dois realizadores da televisão pública que filmaram em 35 mm e estrearam longas-metragens em sala foram dois jovens sem experiência específica em telecinema: Fernando Lopes (*Belarmino*, 1964 e *Uma Abelha na Chuva*, 1971) e Alfredo Tropa (*Pedro Só*, 1972).

Por estes anos, a maior eventual ameaça do telecinema em relação ao futuro do cinema português era de outra natureza, bem mais prática: o aumento significativo da programação de produção própria da RTP tornou insuficientes as infra-estruturas de que a televisão pública dispunha, condição que obrigou os seus responsáveis a ampliar, de forma célere, as instalações dos serviços de produção. A solução passou, em 1963, pelo arrendamento imediato de um dos estúdios da Tóbis Portuguesa. As suas condições de produção e a localização destes estúdios eram apeteceíveis para suprimir as carências de produção da televisão pública, e por isso as negociações com vista à aquisição dos estúdios pela RTP não tardaram a avançar. No entanto, tal intenção foi cerceada pelas “pressões exercidas por homens e instituições ligados ao cinema português”, que previam que “tal transacção iria privar o cinema nacional do seu maior estúdio” e “do seu mais amplo laboratório”, precisamente numa época em que “urge desenvolver o cinema português” (Teves, 2007, p. 30).

CONCLUSÕES

Em Dezembro de 2008, na Covilhã, num dos intervalos das *Jornadas Cinema em Português*, o crítico de cinema Mário Jorge Torres confidenciou-me ser sua convicção que o sucesso em sala aquando da estreia das “comédias à portuguesa” era um dos maiores mitos da história do cinema português. Mais, o crítico assegurou-me acreditar que o mito dessa suposta

“época de ouro do cinema português” foi cimentado através da televisão pública, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970. Segundo Torres, a “comédia à portuguesa” e a televisão pública terão sido usadas como “arma de arremesso” no ataque do poder político à geração do novo cinema português.

Não posso dizer que essas confidências de Mário Jorge Torres constituíram revelações surpreendentes para mim ou para outros investigadores da história do cinema e da televisão em Portugal, mas a sua convicção de que a RTP teria sido responsável por criar e alimentar o mito convenceu-me a procurar estabelecer a cronologia e a geografia da programação de cinema da televisão pública até 1974, particularmente a relativa à selecção de longas-metragens portuguesas ou de co-produção portuguesa.

Os resultados dessa pesquisa e conseqüente análise não comprovam as intenções políticas dos programadores ou dos seus superiores hierárquicos, mas revelam algumas particularidades: a televisão pública ignorou o cinema português produzido nas décadas de 1960 e 1970, tanto o “novo” como o “velho cinema”; a televisão pública recorreu, reconhecidamente, a um repertório de filmes portugueses produzidos até 1954, que emitiu de forma exaustiva e regular; a televisão pública privilegiou de forma clara certos realizadores, nomeadamente alguns dos cineastas mais próximos do poder político e dos mais profícuos da história do cinema português até 1974.

Esta marginalização da geração do novo cinema português terá sido eventualmente justificada por algumas razões conjunturais. A proximidade da generalidade dos cinéfilos aos meios culturais e artísticos conotados com a oposição ao regime (José Fonseca e Costa, Artur Ramos, António de Macedo e Alberto Seixas Santos estiveram a braços com processos na PIDE) e os sucessivos problemas de diversos filmes destes realizadores com a censura cinematográfica (Faria de Almeida, António de Macedo, João César Monteiro, Eduardo Geda e Fernando Matos Silva viram alguns dos seus filmes integralmente censurados), terão chamado a atenção dos responsáveis pela vigilância e controlo político da televisão pública. Por outro lado, a classificação etária atribuída à quase totalidade dos filmes destes realizadores só permitia que fossem visionados por espectadores maiores de 17 anos (classificados como “filme para adultos”), o que contrariava as directrizes da RTP, no sentido de programar filmes para toda a família ou com a maior amplitude etária possível.

Em 1968, o impacto crescente e hegemónico da RTP na sociedade portuguesa era evidente: “o número de aparelhos de televisão registados oficialmente em Portugal era de 305 623. No entanto, a audiência potencial, calculada com base no total da população nacional habitando nas zonas de cobertura da RTP era de cerca de 7 milhões de portugueses (taxa superior

a 90%). Segundo dados da própria RTP, a audiência média diária em 1968 foi de cerca de 1 milhão de telespectadores/dia” (Cádima, 1996, p. 335). É portanto, com naturalidade, que a televisão pública estabelece ou impõe à generalidade dos espectadores a construção de um determinado cânone de cinema português e de um imaginário social e cultural colectivo (veja-se, por exemplo, a popularidade de expressões como “Ó Evaristo, tens cá disto?” ou “Chapéus há muitos, seu palerma!”). A penetração da programação televisiva parece ter sido determinante na formação e definição do gosto cinematográfico dos telespectadores e dos próprios espectadores de sala e, sobretudo, na construção posterior dos mitos de uma suposta “época de ouro do cinema português”, constituída pelas comédias musicais dos anos 30 e 40 do século XX, seguida pelo “divórcio” entre público e cinema português a partir dos anos 50.

Apesar de precoce e localizado, o comentário de Dinis Abreu atrás citado caracterizaria expressivamente, por antecipação, o *corpus* de longas-metragens portuguesas emitidas na RTP durante o período em estudo: “ora os filmes portugueses são tão poucos, tão fracos e tão vistos...”.

BIBLIOGRAFIA

- Anuários RTP* (1964-1976), Lisboa, Edições RTP.
- ABREU, D. de (1962), “Sétima Arte — Podia ser Bom!”. *Rádio e Televisão*, 3-2-1962, p. 8.
- ABREU, D. de (1962), “Filmes Portugueses na 7.ª Arte”. *Rádio e Televisão*, 14-4-1962, p. 9.
- CÁDIMA, F. R. (1996), *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença.
- CASTRIM, M. (1969), “Noite de Cinema”. *Diário de Lisboa*, 3-4-1969, p. 6.
- CASTRIM, M. (1969), “Canal da Crítica”. *Diário de Lisboa*, 27-9-1969, p. 7.
- CASTRIM, M. (1970), “Vale mais um directo na mão que 10 filmes maus a voar”. *Diário de Lisboa*, 2-12-1970, p. 5.
- CASTRIM, M. (1971), “Basta!”. *Diário de Lisboa*, 7-7-1971, p. 6.
- CASTRIM, M. (1972), “Este vício de gatinhar...”. *Diário de Lisboa*, 21-10-1972, p. 6.
- CASTRIM, M. (1972), Noite de estreia, noite, noite...”. *Diário de Lisboa*, 30-10-1972, p. 8.
- COSTA, J. B. da (1991), *Histórias do Cinema*, Lisboa, Casa da Moeda.
- CUNHA, P. (no prelo), “A crítica que mudou a crítica de cinema na imprensa portuguesa: o caso *Diário de Lisboa*, 1968”. In *Actas do Colóquio Internacional O Cinema através da Crítica. Cinema, Teoria, Literatura e Crítica de Cinema na Península Ibérica*, Coimbra, CEIS20/UC.
- MOTA, J. (1958), “Cinema e televisão”. *TV Magazine*, 15-5-1958, p. 1.
- PIMENTEL, V. (1962), “7.ª Arte — A Rainha da Serra Morena”. *Rádio e Televisão*, 28-7-1962, p. 17.
- PINA, L. de (1960), “O novo cinema português”, *Filme*, 11-1960, p. 3.
- ROSA, B. (1962), “Entrevista”. *Rádio e Televisão*, 24-12-1962, p. 13.
- TEVES, V. H. (2007), “RTP 50 Anos: década de 70 – RTP chega mais longe”. Disponível em <http://ww2.rtp.pt/50anos/50Anos/Livro/DecadaDe70/RTPChegaMais_Longe/>. Consultado em 14-II-2009.

ANEXO

Distribuição anual das longas-metragens emitidas na RTP (1957-1974)

Anos	Longas-metragens emitidas na RTP	Longas-metragens de produção ou co-produção portuguesa emitidas na RTP	Longas-metragens de produção ou co-produção portuguesa emitidas na RTP (Porcentagem)	Longas-metragens de produção ou co-produção portuguesa emitidas em estreia	Longas-metragens de produção ou co-produção portuguesa emitidas em reposição
1957*	12	11	91,7	11	0
1958	44	20	45,5	14	6
1959	39	12	30,8	3	9
1960	3	1	33,3	1	0
1961	35	12	34,3	5	7
1962	50	6	12,0	3	3
1963	44	5	11,4	3	2
1964	74	9	12,2	2	7
1965	63	3	4,8	2	1
1966	79	3	3,8	0	3
1967	80	1	1,3	0	1
1968	52	0	0,0	0	0
1969	112	3	2,7	0	3
1970	137	0	0,0	0	0
1971	144	9	6,3	1	8
1972	154	10	6,5	5	5
1973	165	8	4,8	2	6
1974**	52	1	1,9	0	1

* Desde 7 de Março de 1957.

** Até 25 de Abril de 1974.